

## XV JORNADAS SOBRE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Leiria 13 e 14 de Março de 2009

### CONCLUSÕES

Concluídos os trabalhos das XV Jornadas sobre Ambiente e Desenvolvimento, dedicadas ao tema “**(Re)pensar a floresta: Conservação e Exploração Sustentável**”, apresentam-se, em síntese, as seguintes conclusões:

A exploração dos bosques mediterrânicos segundo mosaicos de uso diversificado tem contribuído para a manutenção da estratificação biológica horizontal e vertical, a qual se reflecte na diversidade biológica existente nestes ecossistemas, bem como no incremento da sua biomassa. Paralelamente, a investigação científica demonstra que a um aumento desta diversidade biológica corresponde uma facilitação na gestão dos recursos, particularmente dos hídricos e pedológicos, bem como paisagísticos e estéticos, entre outros. Urge, pois, adoptar novos paradigmas no relacionamento humano com os bosques mediterrânicos, valorizando devidamente os serviços ambientais produzidos, de forma a manter a utilização e conservação desses sistemas, - que integram espécies tão importantes como o carvalho, o sobreiro e a azinheira - cultural e biologicamente tão ricos quanto importantes.

Salientou-se a importância de que os recursos/património arqueológicos sejam entendidos como mais um elemento a considerar no conjunto da riqueza do território onde se integra o património florestal, devendo ser sistematicamente integrados nos instrumentos de gestão/regulação da floresta. Neste sentido, promover iniciativas que conduzam à efectiva utilização de boas práticas, desde o promotor ao licenciador, nomeadamente através da realização de acções de sensibilização e formação dos técnicos e operadores florestais, a edição de manuais de boas práticas, a existência de campanhas de prospecção prévias ao processo de povoamento ou repovoamento florestal, pós-incêndio, foram algumas das medidas propostas, de modo a evitar a sua destruição

Constatou-se a existência de um vastíssimo corpo legislativo associado ao planeamento, gestão e conservação da floresta. Contudo, nem sempre convenientemente

regulamentado nem devidamente cumprido, mas gerando uma profusão de entidades com responsabilidades na sua implementação juntos dos diversos agentes com intervenção directa sobre a floresta.

Das políticas e estratégias para a floresta portuguesa, foram salientadas as principais linhas de acção a implementar, das quais ressaltam os objectivos de reordenamento do coberto florestal em função das produtividades potenciais e das fileiras produtivas de pinheiro bravo, eucalipto e sobreiro já instaladas, a redução, em 2018, a menos de 75 incêndios florestais por ano, com duração superior a 24 horas, e redução dos riscos associados a pragas, entre outros.

No particular das pragas, foi evidenciada a importância da acção da investigação científica no controlo da praga de nemátodo do pinheiro-bravo, que está a ser desenvolvida na península de Tróia, bem como para o conjunto de trabalhos de monitorização e controlo que vem sendo efectuado sobre outras pragas e doenças. Na situação particular do nemátodo do pinheiro-bravo foram desmistificadas algumas das crenças que se vão desenvolvendo, e foram explicados o ciclo de vida e vectores de propagação, sendo analisados e debatidos os meios de combate à mesma. Com base no conhecimento produzido e com uma actuação eficaz de todos os agentes envolvidos, o pinheiro não estará condenado ao desaparecimento por via desta doença.

No tocante à execução das políticas e estratégias para a floresta, em 2010, foi salientada a importância das ZIF (Zonas de Intervenção Florestal), integrando 500.000ha de território, dos 500.000ha com PGF (Planos de Gestão Florestal) e os 27.000ha de matas públicas geridas como modelo.

Em matéria de gestão pública da floresta, foi claramente expresso o sentimento de que algumas das matas nacionais – como no caso concreto do Pinhal do Rei – não deverão ver a sua gestão privatizada, tanto mais que se têm revelado referenciais em matéria de gestão florestal a nível nacional e internacional.

Perante um cada vez mais exigente sector de actividade, foi uma vez mais salientada a inexistência do cadastro florestal actualizado, com todas as consequências que daí advêm para a referida gestão da floresta e dos recursos florestais. De igual forma, foi evidenciada a inexistência de dados fiáveis e actualizados relativos à floresta, por parte

da maioria das autarquias do distrito de Leiria, inviabilizando a rigorosa caracterização da floresta do distrito, a partir de 1995, como se pretendia, quer no tocante a áreas ardidadas e processos de repovoamento, quer no tocante às espécies actualmente existentes. No caso particular da floresta do distrito de Leiria foi manifestada preocupação com a progressiva ocupação de espaços florestais por eucalipto, na maioria das vezes com recurso a práticas de reflorestação completamente desadequadas face aos solos e ecossistemas em questão, as quais se vêm traduzindo numa evidente degradação de solos em resultado dos fenómenos erosivos e em graves impactes sobre a qualidade e quantidade dos recursos hídricos regionais e locais. Ainda sobre a galopante e preocupante eucaliptização que se constata a nível regional, foi salientado o facto de em alguns concelhos se ter já excedido a quota legal de 25% de área florestada com eucalipto e não haver quaisquer decisões por parte da administração.

Ao crescimento evidente na fileira do eucalipto corresponde um evidente decréscimo na fileira do pinheiro-bravo, sector que em 2005 empregava cerca de 55000 pessoas, em 4800 unidades, e gerava 3524 milhões de euros. A pequena dimensão da maioria das propriedades (31% menores que 1ha e 30% menores que 5ha), e a ausência de investimento por parte dos proprietários, serão as causas maiores da crise que se abate sobre este sector de actividade, cuja área de floresta se viu reduzida em 27% nos últimos 10 anos e deposita agora nas ZIF (Zonas de Intervenção Florestal) algumas expectativas a nível de gestão.

Feita a análise à floresta nas suas múltiplas variáveis – os recursos directos e indirectos que disponibiliza, a produção que viabiliza, a multiplicidade de usos que permite, os actores que sobre ela intervêm, os riscos que encerra (dos biológicos aos incêndios), da diversidade e dimensão dos proprietários florestais, entre outras – a gestão florestal deverá compatibilizar os múltiplos interesses em questão, em que os ambientais não poderão ser subalternizados, e exigir a definição de um quadro legislativo estável e aplicável, coadjuvado por um quadro de financiamento eficiente. Naturalmente, face à importância de que a investigação científica e tecnológica se reveste neste sector, será exigível que seja considerada parceira de excelência em todas as fases dos distintos processos, assumindo particular relevo na monitorização a projectos e actividades desenvolvidas pelos diversos sectores.

Face ao exposto, exige-se a elaboração urgente do Cadastro Florestal e a agilização e optimização do acesso aos recursos financeiros disponíveis no FFP e PRODOR, enquanto se apela à criação de uma Autoridade Florestal robusta, pró-activa e dialogante com todos os intervenientes.

A certificação da gestão sustentável da floresta portuguesa, nomeadamente através da Associação para a Gestão Florestal Responsável - FSC Portugal (*FSC-Forest Stewardship Council*), ou outra entidade certificadora devidamente creditada, poderá ser um contributo inestimável para garantir a gestão florestal responsável, assegurando a sustentabilidade em todos os processos envolvidos, por cumprimentos dos 10 princípios e 56 critérios FSC, entre os quais os relativos aos “Benefícios da floresta”, “Impacte ambiental”, “Monitorização e Avaliação”, “Manutenção de florestas de alto valor de conservação” e “Plantação de árvores”.

Existem, em 2008, 8 unidades certificadas pela Associação para a Gestão Florestal Responsável - FSC Portugal, assegurando 200.000ha de área florestal certificada. Pode ser, então, o início da mudança que se pretende ver realizada na floresta Portuguesa, rumo à sua sustentabilidade.

Leiria 14 de Março de 2009

O Presidente da Direcção da Oikos

Nuno Carvalho